



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO Nº 021/GP/94

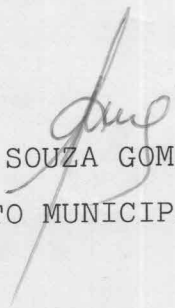
DE 18 JANEIRO DE 1994

Senhor Presidente,

Estamos enviando a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 486 de 18 de Janeiro de 1994, que aprova o Plano de Publicidade para o Exercício de 1994, e dá outras providências.

No ensejo externamos nossos sinceros votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,



AGMAR DE SOUZA GOMES -PIAU
PREFEITO MUNICIPAL

EXMO. SR.

AURO VIEIRA COELHO

DD.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

OURO PRETO DO OESTE -RO.

Câmara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 18/01/94
Horas: 7h 56min
Chefe 



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 481

DE 18 DE JANEIRO DE 1994.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Estamos encaminhando para apreciação e aprovação desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 486 de 1994, que trata o plano de publicidade para o Exercício de 1994 e dá outras providências.

É determinação Constitucional (art. 37) é legal, que todos os atos da administração pública obedeça ao princípio da publicidade, para o conhecimento público e início dos seus efeitos externos.

Além de sua eficácia jurídica, a publicidade visa a moralidade dos serviços públicos, levando ao conhecimento e controle dos interessados diretos e do povo em geral.

A atual administração municipal pretende sempre que possível, dar maior publicidade também, as campanhas de saúde, educação, esporte e lazer utilizando-se de todos os veículos de publicidade permitidos na presente Lei.

Assim, fixa a sua previsão de despesa com publicidade para o corrente exercício, na ordem de CR\$ 150.000.000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de Cruzeiros Reais). Conforme Projeto de Lei.

Confiante, portanto de que os nobres vereadores saberão compreender e valorizar a preocupação do Executivo dar maior publicidade aos seus atos, no interesse maior da população, pe-

Câmara Municipal de Ouro

Preto do Oeste

Serv. de Protocolo

Recebido Em 18/01/94

Horas: 7h 56 min



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 481

FL. 02

de a espera aprovação do projeto de lei ora encaminhado, transformando-o em Lei na forma regimental desta Casa. *[Assinatura]*

PALÁCIO DOS PIONEIROS

[Assinatura]
AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

Câmara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 18/05/94
Horas: 7h 56 min

[Assinatura]
Chefe

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 13 Af/01/94
Em: 21 / 03 / 94



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 486

DE 18 DE JANEIRO DE 1994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O
EXERCÍCIO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVI
DÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sancio a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica aprovado o Plano de Publicidade para o exercício de 1994, compreendendo as seguintes publicações:

- I - Documentos Oficiais;
- II - Atos do Poder Executivo e seus Órgãos;
- III - Campanhas;
- IV - Obras Públicas e Sociais.

Art. 2º) A veiculação publicitária far-se-à pelos seguintes meios:

- I - Imprensa falada ou escrita
- II - Painéis, aut door's, placas, cartazes, faixas, plaquetas e outros;
- III - Televisão, rádio e outros.

Art. 3º) A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei, é estimada em CR\$ 150.000,000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de Cruzeiros Reais).

Art. 4º) Além do processo licitatório, para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados:

- I - Tratando-se de publicidade falada, televisão e rádio, a área de abrangência de pelo menos a sede do Município;

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 18/01/94
Horas: 7h. 56min



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste
GABINETE DO PREFEITO

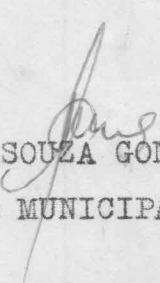
PROJETO DE LEI Nº 486
FL. 02


II - Tratando-se de imprensa escrita a circulação deverá ser diária (jornal), semanal ou quinzenal (revistas ou boletins), abrangendo pelo menos a sede do Município;

III - Tratando-se de periódicos ou revistas deverão ser assegurados a circulação pelo menos na sede do Município, durante o período que compreende a publicidade; e

IV - Os requisitos fixados nos respectivos atos convocatórios de licitação.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

Camara Municipal de Ouro
Preto do Oeste
Serv. de Protocolo
Recebido Em 18/01/94
Horas: 7h 56 min

Chefe

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
18/01/94	006/94
RESPONSÁVEL	



AO GABINETE DO PRESIDENTE:

SEGUE O PRESENTE PROCESSO MONTADO NESTA DATA ATRAVÉS DO DOCUMENTO DAS FOLHAS 02 À 06 DESTE PROCESSO.

Em, 18-01-94.

Olcymer Galimbert de Silva
 Serviço de Protocolo
 Port. 113-GP-CMOPO-01.06-93

A Seção Legislativa
Segue processo au melhor projeto
de Lei N: 486 para conhecimento
do plenário na próxima sessão
ordinária.

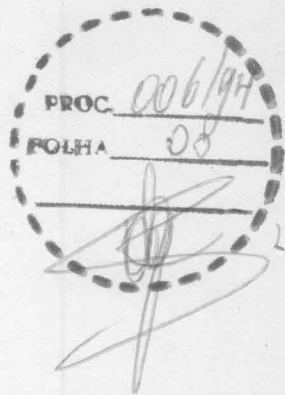
Em, 19-janeiro-1994.

Silvana Coutinho
 Chefe Seção de Gabinete
 Portaria. 167-GP-CMOPO-RO-93

AO DENÁRIO
Segue o presente processo
para conhecimento.
Em 17/02/94

Antonia Edna F. Dinheiro
 Chefe de Seção Legislativa
 Port. 049 - CMOPO - RO - 93

ASSESSORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18 DE JANEIRO DE 1994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER E
XECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1.994
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

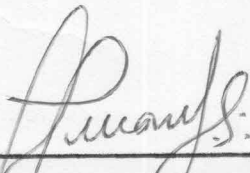
PARECER TECNICO JURÍDICO

O Projeto é constitucional é amparado pela Lei Orgânica Municipal e encontra-se em boa técnica Legislativa.

Estando legalmente válido deve ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamento e Finanças, sendo que à Comissão de Orçamento e Finanças deve ser pela mesma analisado quanto ao valor de 150.000.000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de cruzeiros reais) se é ou não viável e necessário tal montante.

É Nosso Parecer

Sala da Assessoria, aos 22 de Fevereiro de 1994.



JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR JURÍDICO

ASSESSORIA JURÍDICA



PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18 DE JANEIRO DE 1994.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER E
XECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1.994
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

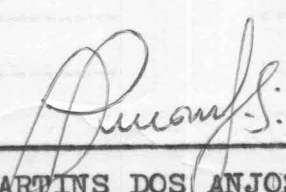
PARECER TECNICO JURÍDICO

O Projeto é constitucional é amparado pela Lei Orgânica Municipal e encontra-se em boa técnica Legislativa.

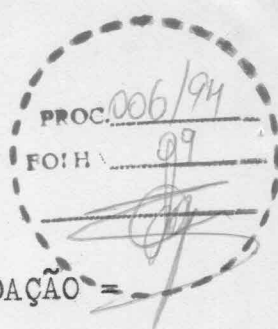
Estando legalmente válido deve ser analisado pelas Comissões de Justiça e Redação e Orçamento e Finanças, sendo que à Comissão de Orçamento e Finanças deve ser pela mesma analisado quanto ao valor de 150.000.000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de cruzeiros reais) se é ou não viável e necessário tal montante.

É Nosso Parecer

Sala da Assessoria, aos 22 de Fevereiro de 1994.



JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR JURÍDICO



= RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO =

PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18 / 01 / 94.

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

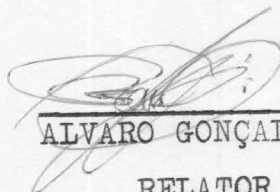
= PARECER E VOTO DO RELATOR =

Relatando o presente Projeto somos de parecer favorável à sua aprovação, uma vez que o mesmo é Constitucional.

Com referência ao valor de crédito, solicitamos da Comissão de Orçamentos e Finanças parecer sobre a viabilidade.

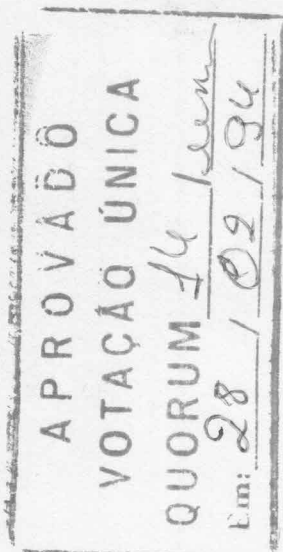
É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 22 / 02 / 94.



ALVARO GONÇALVES ROCHA

RELATOR



COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18 DE JANEIRO/ 1994

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 004

Esta Comissão após detida análise concluiu pela Constitucionalidade e legalidade do Projeto.

Quanto à viabilidade do valor apresentado, solicitamos que a Comissão de Orçamento e Finanças de parecer a respeito.

À esta Comissão cabe analisar a Constitucionalidade e legalidade do Projeto.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 22 de fevereiro/ 1994


RUYLTON RODRIGUES REIS

PRESIDENTE


JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO

SECRETÁRIO


ALVARO GONÇALVES ROCHA

MEMBRO



PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18/ JANEIRO DE 94.

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1994, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR

Em apurada análise ao Projeto de Lei acima mencionado, observamos que o Artigo 3º deverá sofrer uma Emenda no sentido de diminuir de Cr\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros reais) para Cr\$60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros reais).

O Artigo 4º deverá conter Emenda Aditiva, adicionando ao mesmo o Inciso V, bem como o Parágrafo Único, conforme Emenda apresentada.

O Inciso V, bem como o Parágrafo Único vêm apenas trazer maior transparência aos atos do Poder Executivo, além da transparência, ela informa a origem do recurso, bem como o valor que está sendo pago por cada matéria, de forma que a população tenha condições de acompanhar os Atos Administrativos e o valor pago para as suas divulgações com maior clareza.

Assim sendo, somos de parecer favorável ao Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 15 de março de 1.994

BRAZ RESENDE

RELATOR



EMENDA ADITIVA Nº 001/94


APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 AF 101 col
Em: 21 / 03 / 94

ACRESCENTA O INCISO V E O PARÁGRAFO ÚNICO
AO ARTIGO 4º DO PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18
DE JANEIRO DE 1994:

Inciso V - As despesas realizadas com a Publicidade, através da Imprensa escrita e falada, deverá constar a origem do recurso e o valor pago, no rodapé de cada texto.

Parágrafo Único - No Processo Licitatório, serão observados os limites das moralidades e os casos de dispensa e inexigibilidade de Licitação.

Ouro Preto do Oeste - RO
Em, 15 de março de 1.994


Maz Resende
Vereador - PDT



J U S T I F I C A T I V A

A presente Emenda Aditiva nº 001/94, é necessária, uma vez que o Artigo 37 da Constituição Federal, estabelece que um dos princípios da Administração Pública é o da publicidade sendo à nosso entendimento de que a mesma deve ser clara, transparente aos olhos dos nossos Municípios, e é o que pretendemos com a presente Emenda.

Ouro Preto do Oeste - RO
Em, 15 de março de 1.994



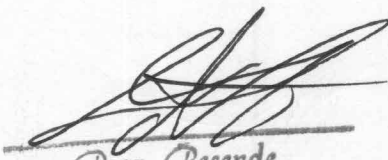
Braz Resende
Vereador - P D T



J U S T I F I C A T I V A

A presente Emenda Aditiva nº 001/94, é necessária, uma vez que o Artigo 37 da Constituição Federal, estabelece que um dos princípios da Administração Pública é o da publicidade sendo à nosso entendimento de que a mesma deve ser clara, transparente aos olhos dos nossos Municípios, e é o que pretendemos com a presente Emenda.

Ouro Preto do Oeste - RO
Em, 15 de março de 1.994



Braz Resende
Vereador - PDT

EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/94



REPROVADO

Votação Unica

Quorum OYAF 108 cat

Em 21 / 03 / 94

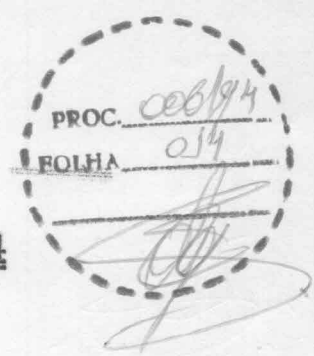
O ARTIGO 3º DO PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18
DE JANEIRO DE 1994, PASSA A VIGORAR COM A
SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 3º - A despesa a ser realizada com a
Publicidade de que se trata esta Lei é estimada em Cr\$60.000.000,00
(Sessenta Milhões de Cruzeiros Reais).

Ouro Preto do Oeste - RO

Em, 15 de março de 1.994


Braz Resende
Vereador - PDT



EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/94

REPROVADO

Votação Unica

Quorum 07 AF 108 cont
Em 21 / 03 / 94

O ARTIGO 3º DO PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18
DE JANEIRO DE 1994, PASSA A VIGORAR COM A
SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 3º - A despesa a ser realizada com a
Publicidade de que se trata esta Lei é estimada em Cr\$60.000.000,00
(Sessenta Milhões de Cruzeiros Reais).

Ouro Preto do Oeste - RO

Em, 15 de março de 1.994


Braz Resende
Vereador - PDT



J U S T I F I C A T I V A

Justifica-se a presente Emenda Modificativa nº 001/94, por considerar que o valor de Cr\$150.000.000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de Cruzeiros Reais) é esorbitante diante das reais necessidades do Município.

A população Ouropretense está reivindicando o atendimento na área da Saúde, estrata, Educação, etc..., que por falta de recursos deixa muito a desejar, seria injustiça atender o Montante solicitado tendo pleno conhecimento do Estado precário em que se encontram alguns Setores da Administração Pública Municipal, estaríamos sendo coniventes com o desvio das reais necessidades dos nossos Municípes.

Diante do exposto é que se faz necessário a presente Emenda.

Ouro Preto do Oeste - RO

Em, 15 de março de 1.994



Braz Resende
Vereador - PDT



JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Emenda Modificativa nº 001/94, por considerar que o valor de Cr\$150.000.000,00 (Cento e Cinquenta Milhões de Cruzeiros Reais) é esorbitante diante das reais necessidades do Município.

A população Ouropretense está reivindicando o atendimento na área da Saúde, estrata, Educação, etc..., que por falta de recursos deixa muito a desejar, seria injustiça atender o Montante solicitado tendo pleno conhecimento do Estado precário em que se encontram alguns Setores da Administração Pública Municipal, estaríamos sendo coniventes com o desvio das reais necessidades dos nossos Municípes.

Diante do exposto é que se faz necessário a presente Emenda.

Ouro Preto do Oeste - RO
Em, 15 de março de 1.994



Braz Resende
Vereador - PDE



EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/94

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 AP 101 cot
im: 21 / 03 / 94

O Artigo 3º do Projeto de Lei nº 486 de 18 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei é estimada em Cr\$80.000.000,00 (Oitenta Milhões de Cruzeiros Reais).

Ouro Preto do Oeste - RO

Em, 15 de março de 1.994


Auro Vieira Coêlho
Presidente CMOPG


Antonio de Souza Pena Filho
Vereador - PSL



J U S T I F I C A T I V A

Justificamos a presente Emenda Modificativa nº 002/94, por considerar que o valor apresentado pela Prefeitura no valor de Cr\$150.000.000,00 é exorbitante ante as reais necessidades do Município para a publicidade em 1994.

Também devemos considerar que Cr\$60.000.000,00 (Sessenta Milhões de Cruzeiros Reais) apresentado pela Emenda nº 001/94 não atende às necessidades das publicações no corrente exercício.

Assim sendo, solicitamos aos Nobres Pares seus votos favoráveis à Emenda Modificativa nº 002/94.

Ouro Preto do Oeste - RO

Em, 15 de março de 1.994


Auro Vieira Coêlho
Presidente CMOPO


Antonio de Souza Pena
Vereador - PFL



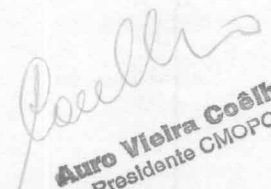
J U S T I F I C A T I V A

Justificamos a presente Emenda Modificativa nº 002/94, por considerar que o valor apresentado pela Prefeitura no valor de Cr\$150.000.000,00 é exorbitante ante as reais necessidades do Município para a publicidade em 1994.

Também devemos considerar que Cr\$60.000.000,00 (Sessenta Milhões de Cruzeiros Reais) apresentado pela Emenda nº 001/94 não atende às necessidades das publicações no corrente exercício.

Assim sendo, solicitamos aos Nobres Pares seus votos favoráveis à Emenda Modificativa nº 002/94.

Ouro Preto do Oeste - RO
Em, 15 de março de 1.994


Auro Vieira Coelho
Presidente CMOPO


Antonio de Souza Pena Filho
Vereador - PFL

PROC. 006/94
FOLHA 018

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 486 DE 18 DE JANEIRO/ 1994

"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 09

Esta Comissão, após analisar o Projeto de Lei Supra mencionado, bem como o Parecer do Relator da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças, acolhe o mesmo no sentido de aceitar o Projeto.

Assim sendo, somos de parecer favorável à sua aprovação.

É nosso Parecer.

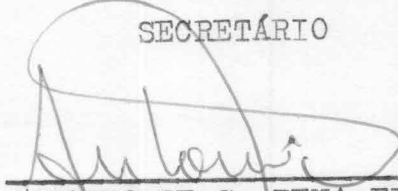
Sala das Comissões em, 15 de março de 1.994

VALDINEY SANTOS MOITINHO

PRESIDENTE


BRAZ RESENDE

SECRETÁRIO


ANTONIO DE S. PENA FILHO

MEMBRO

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 DE 10 DE 13
Lm: 21 / 03 / 94

ESTADO DE RONDÔNIA
Câmara Municipal de Ouro Preto
SEÇÃO LEGISLATIVA



Comissão Permanente de
Orcamentos e Financas
Para parecer dentro do prazo regi-
mental, em 25 de 02 de 1994

Chefe De Seção Legislativa

Câmara Municipal de Ouro Preto de Oeste
O Vereador Valdiney Santos Montinho
Presidente da Comissão Permanente de
Orcamentos e Financas
No Uso Das Attribuições Que Lhe Conferem
O Art. 44 Do Regimento Interno.
Resolve Designar o Vereador _____
Braz Resende
Membro Desta Comissão Para Atuar Como Re-
lator do Presente Projeto de Lei
N.º 486 / 94
Sala Das Comissões. Em 25 De
fevereiro 1994.

Valdiney Santos Montinho
Vereador - PTR

A Seção Legislativa, segue o presen-
te processo para providências

Em 16/03/93

Valdiney Santos Montinho
Vereador - PTR

Chefe de Seção Legislativa
Poderes: 107-02-0000-0-00-00

PROJETO DE LEI Nº 486

DE 18 DE JANEIRO DE 1.994.

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / unân
Em: 21 / 03 / 94

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / unân
Em: 28 / 03 / 94



"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O
EXERCÍCIO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDEN
CIAS".

do Oeste,

O Prefeito do Município de Ouro Preto'

vou e eu sanciono a seguinte Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal apro

Art. 1º) Fica aprovado o plano de pu -
blicidade para o exercício de 1994, compreendendo as seguintes publi
cações:

seus Órgãos;

- I - Documentos Oficiais;
- II - Atos do Poder Executivo e

- III - Campanhas;
- IV - Obras Públicas e Sociais.

far-se-á pelos seguintes meios:

- Art. 2º) A veiculação publicitária '
- I - Imprensa falada ou escrita;
 - II - Painéis, aut door's, placas ,

cartazes, faixas, plaquetas e outros;

- III - Televisão, rádio e outros.

Art. 3º) A despesa a ser realizada com
a publicidade de que trata esta Lei é estimada em Cr\$80.000.000,00 '
(oitenta milhões de cruzeiros reais).

Art. 4º) Além do Processo Licitatório,
para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados:

PROJETO DE LEI Nº 486

DE 18 DE JANEIRO DE 1.994.

APROVADO
1.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / Uma
Em: 21 / 03 / 94

APROVADO
2.ª VOTAÇÃO
QUORUM 14 / Uma
Em: 28 / 03 / 94



"DISPÕE SOBRE O PLANO DE PUBLICIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ouro Preto

do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica aprovado o plano de publicidade para o exercício de 1994, compreendendo as seguintes publicações:

seus Órgãos;

- I - Documentos Oficiais;
- II - Atos do Poder Executivo e
- III - Campanhas;
- IV - Obras Públicas e Sociais.

Art. 2º) A veiculação publicitária far-se-á pelos seguintes meios:

- I - Imprensa falada ou escrita;
- II - Painéis, aut door's, placas, cartazes, faixas, plaquetas e outros;

- III - Televisão, rádio e outros.

Art. 3º) A despesa a ser realizada com a publicidade de que trata esta Lei é estimada em Cr\$80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros reais).

Art. 4º) Além do Processo Licitatório, para a realização das despesas previstas nesta Lei, serão observados:



I - Tratando-se de publicidade falada, televisão e rádio, a área de abrangência de pelo menos a sede do Município;

II - Tratando-se de imprensa escrita a circulação deverá ser diária (jornal), semanal ou quinzenal (revistas ou boletins), abrangendo pelo menos a sede do Município;

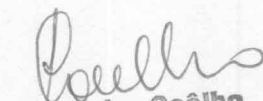
III - Tratando-se de periódicos ou revistas deverão ser assegurados a circulação pelo menos na sede do Município, durante o período que compreende a publicidade;

IV - Os requisitos fixados nos respectivos atos convocatórios de licitação;

V - As despesas realizadas com a Publicidade, através da Imprensa escrita e falada, deverá constar a origem do recurso e o valor pago, no rodapé de cada texto.

PARÁGRAFO ÚNICO - No Processo Licitatório, serão observados os limites das moralidades e os casos de dispensa e inexigibilidade de Licitação.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Auro Vieira Coêlho
Presidente CMOPO



I - Tratando-se de publicidade falada, televisão e rádio, a área de abrangência de pelo menos a sede do Município;

II - Tratando-se de imprensa escrita a circulação deverá ser diária (jornal), semanal ou quinzenal (revistas ou boletins), abrangendo pelo menos a sede do Município;

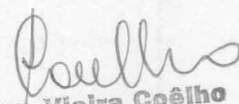
III - Tratando-se de periódicos ou revistas deverão ser assegurados a circulação pelo menos na sede do Município, durante o período que compreende a publicidade;

IV - Os requisitos fixados nos respectivos atos convocatórios de licitação;

V - As despesas realizadas com a Publicidade, através da Imprensa escrita e falada, deverá constar a origem do recurso e o valor pago, no rodapé de cada texto.

PARÁGRAFO ÚNICO - No Processo Licitatório, serão observados os limites das moralidades e os casos de dis - pensa e inexigibilidade de Licitação.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Auro Vieira Coêlho
Presidente CMOPO